

Opinião

Valor

Trump testa as instituições americanas como nunca antes

O presidente Donald Trump elevou, a níveis nunca vistos, os ataques às instituições que tornaram os Estados Unidos a mais antiga democracia do mundo. Está deportando imigrantes com visto legal por suas opiniões, desrespeitando a Primeira Emenda, desobedecendo a juízes federais, perseguindo desafetos e supostos adversários no Ministério Público e órgãos de inteligência, impedindo técnicos de entrarem no país por avaliações discordantes sobre seu governo e, para coroar seus feitos, disse no domingo que tentará um terceiro mandato, o que exigiria uma mudança inédita na Constituição americana a respeito. Ele está a caminho de provocar uma crise institucional e, se sair vencedor em seus embates com a Justiça, ferirá gravemente o sistema de pesos e contrapesos que caracteriza o país por décadas.

Não é de hoje que Trump cruza linhas rumo ao autoritarismo, mas o desrespeito às instituições vem ganhando escala a cada semana desde seu retorno ao poder. Na esfera judicial, o presidente promoveu uma caça às bruxas no Departamento de Justiça, demitindo procuradores e investigadores que o processaram. Escritórios de advocacia ligados aos democratas foram alvos de ordens executivas que limitam contratos com o governo e o acesso a informações confidenciais. Juízes que bloquearam seus decretos presidenciais, muitos deles inconstitucionais, têm sido atacados com virulência — não só por Trump, mas também por seus súditos, como o bilionário Elon Musk.

A pressão sobre as universidades tem deixado apreensivos alunos, professores e pesquisadores, especialmente estrangeiros. Ameaçadas pela Casa Branca de perder financiamento para suas atividades, algumas das principais instituições de ensino superior do país estão se curvando à ofensiva de Trump para suprimir qualquer protesto contra Israel, sob uma fantasiosa alegação de combate ao antissemitismo, e para reverter políticas de diversidade e inclusão. Columbia cedeu e aceitou adotar uma série de reformas após acordo com o governo, para tentar evitar a perda de US\$ 400 milhões em recursos federais. Outras universidades estão sendo investigadas e podem sofrer medidas similares. Chegou-se ao absurdo de vetar a entrada nos EUA de pesquisadores que haviam feito críticas ao presidente americano, em um ataque frontal à liberdade de expressão.

Trump se vale da premissa, exclusivamente sua, de que a vitória nas eleições de 2024 lhe concedeu um poder absoluto. A tese do "mandato eleitoral" foi expressa em

audiências com o juiz federal James Boasberg, que teve ignorada uma ordem para suspender o uso de uma lei do século XVIII para expulsar, sem o devido processo legal, venezuelanos acusados de pertencerem a um grupo criminoso, enviados às prisões de El Salvador. Na lógica autoritária do republicano, o juiz, cujo impeachment foi pedido por Trump em uma rede social, e todos os outros que tentam impedir suas medidas estariam impedindo-o de atender aos desejos expressos pelos americanos nas urnas.

A gravidade dos ataques provocou rara apreensão pública a um ocupante da Casa Branca por parte do presidente da Suprema Corte. Em carta, John Roberts afirmou que o "impeachment não é uma resposta apropriada para discordâncias sobre uma decisão judicial". Trump ainda não ousou criticar a instância máxima do Judiciário, mas sua conduta desafiadora tem estimulado uma onda de ameaças a magistrados e joga sombra sobre o futuro do país. Com um Congresso dividido entre republicanos submissos e democratas sem rumo, o Judiciário tem sido a única barreira para a blitzkrieg de decretos com os quais Trump tenta tomar de assalto os poderes em Washington. Entre acadêmicos e juristas nos EUA, a dúvida não é se Trump descumprirá abertamente novas decisões judiciais, mas quando isso ocorrerá.

Sem as amarras que impediram parte de suas ideias mais tresloucadas de avançar no primeiro mandato, Trump agora está seguindo à risca a cartilha do autoritarismo moderno. Como visto em vários outros países que tiveram suas democracias atacadas nos últimos anos, trata-se de deslegitimar e aparelhar instituições que podem ser obstáculos ao governo. A Justiça tem sido o alvo preferencial de Trump, mas sua ofensiva contra o "sistema" e as "elites", das quais sempre fez parte, vai além. Como prometido na campanha, ele vem usando todos os recursos que têm à disposição em seu gabinete para atacar universidades, instituições científicas, a imprensa ou quem quer que ouse desafiar-lo. O republicano agora já fala em tentar um terceiro mandato, algo vetado pela Constituição.

Trump parece querer governar como um rei. Numa democracia constitucional como os EUA, um presidente não é um soberano incontestável, cuja autoridade está acima de todos e dos demais poderes. Sua visão retrógrada afronta o Estado de Direito e os alicerces que possibilitaram o país se tornar a maior potência econômica e militar do mundo. Se continuar atacando as instituições, como tudo indica, Trump apequenará a América, em vez de torná-la grande de novo.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Moreira e Roberto Inácio Vaz
Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederico Zuchal Kuchar
Diretora de Redação: Maria Fereira Detras
Preço de venda ao público: R\$ 5,00

País precisa aumentar de modo significativo sua taxa de investimento. Por José Luis Oreiro e Adalmir Marquetti
Por que a produtividade do trabalho no Brasil está estagnada

Materia recente do Valor divulgou estudo do FGV-Ibre indicando que a produtividade do trabalho no Brasil, medida pela razão entre o valor adicionado e o número de horas efetivamente trabalhadas, cresceu apenas 0,1% em 2024, desacelerando frente aos 2,3% de 2023. Entre 2019 e 2024, o aumento médio da produtividade por hora trabalhada foi de apenas 0,28% ao ano. O resultado levanta um alerta sobre a sustentabilidade do crescimento do PIB per capita, que avançou 3,1% em 2024. Caso essa taxa fosse mantida nas próximas décadas, o PIB per capita dobraria até 2047, atingindo nível semelhante ao da Espanha no ano passado.

O PIB per capita resulta do produto de quatro variáveis: a produtividade por hora trabalhada, as horas trabalhadas por trabalhador ocupado, a taxa de ocupação e a taxa de participação. Em 2024, a taxa de ocupação aumentou 1,2% e a taxa de participação teve um acréscimo de 0,64% (Pnad Contínua). Como a produtividade por hora trabalhada aumentou apenas 0,1% (Ibre), concluímos que a jornada média de trabalho dos trabalhadores ocupados aumentou 1,1%, explicando cerca de 37% do aumento do PIB per capita. A taxa de utilização do fator trabalho, resultado do produto entre a taxa de ocupação e a taxa de participação, aumentou 1,84%, respondendo por 59,35% daquele aumento.

A recente expansão da economia brasileira deveu-se a maior utilização da força de trabalho, com o aumento do número de pessoas efetivamente ocupadas e intensificação no uso da força de trabalho. Isso



podia sugerir um mercado de trabalho muito aquecido. Contudo, em 2024 o rendimento real médio do trabalho do empregado no setor privado com carteira assinada expandiu 2,9%, enquanto o aumento real do salário mínimo foi de 2%.

O mercado de trabalho não está sobreaquecido. A dinâmica do mercado de trabalho no Brasil é distinta das economias maduras de renda alta, onde a força de trabalho já foi transferida para o setor moderno. O Brasil é uma economia dual, com parte importante da força de trabalho exercendo atividades de baixa produtividade no setor informal. Em janeiro de 2025, havia 19,2 milhões de pessoas ocupadas por conta própria sem registro no CNPJ, com rendimento médio 30% inferior ao rendimento médio de um trabalhador com carteira assinada no setor privado (Pnad Contínua).

Políticas de estímulo à criação de empregos de baixa produtividade, impulsionadas pelo aumento do consumo das famílias por meio de transferên-

cias governamentais, como o Bolsa Família ou o BPC, podem acelerar o crescimento da economia brasileira. Esse efeito, observado nos últimos dois anos, ocorreu devido à maior absorção e intensificação do uso da força de trabalho. Por maior que seja a elasticidade da oferta de trabalho devido à

presença de desemprego disfarçado, é evidente que um modelo de crescimento baseado na intensificação do uso da força de trabalho não é sustentável nem desejável. A geração de empregos de qualidade e altos salários requer o aumento da produtividade do trabalho. É fundamental entender as causas do baixo crescimento da produtividade do trabalho no Brasil. Para alguns economistas ortodoxos, a produtividade é um atributo intrínseco ao trabalhador, ou seja, depende da sua capacidade cognitiva e de aprendizado, o que se relaciona com a escolaridade. Logo, a estagnação do crescimento da produtividade decorreria da ausência de progressos na educação. No entanto, dados do Censo 2022 contradizem essa hipótese. Entre 2000 e 2022, a proporção de brasileiros com mais de 25 anos com ensino superior completo aumentou 2,7 vezes, passando de 6,8% para 18,4%. O percentual de pessoas

ultrapassam 40%, e mesmo em relação a economias de alta renda, como a Espanha, que registrou, em 2024, taxa de investimento de 22,1% do PIB.

O gráfico mostra a evolução da relação capital-trabalho, medida tanto pelo número de horas efetivamente trabalhadas, como pelo número de trabalhador ocupado de 1981 a 2024. Na série de capital por trabalhador ocupado, verifica-se que, em 43 anos, o estoque de capital por trabalhador aumentou apenas 4,1%; na série por horas efetivamente trabalhadas o desempenho foi melhor, um aumento de 18,6%.

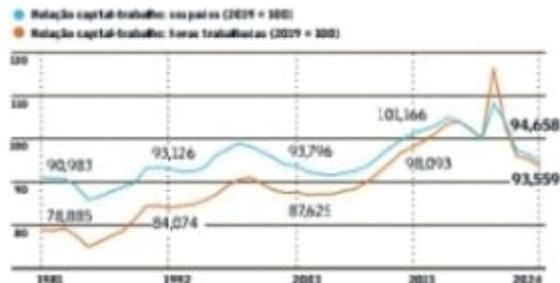
Em relação ao comportamento recente da relação capital-trabalho, observa-se que, após um aumento transitório durante a pandemia de covid-19, esse indicador vem apresentando queda desde 2022, tanto em termos de trabalhador ocupado quanto de horas efetivamente trabalhadas. Essa redução reflete uma taxa de investimento insuficiente para equipar os novos trabalhadores com o mesmo nível de capital disponível para os trabalhadores anteriormente ocupados.

Em suma, embora seja possível sustentar por alguns anos o crescimento elevado do PIB per capita apenas com uma maior e mais intensa utilização do fator trabalho, o Brasil precisa aumentar de modo significativo sua taxa de investimento para obter o aumento sustentado e cumulativo da produtividade do trabalho.

Os dados do PIB de 2024 revelaram que a formação bruta de capital fixo no Brasil foi de apenas 17%. Um patamar muito baixo em comparação com outros países em desenvolvimento, como a Índia, que mantém uma taxa de investimento superior a 30%, e a China, cujas taxas

A relação capital-trabalho

1981-2024, 2019 = 100



Fonte: Pnad-IBRE e FGV. Baseado no autor.

de investimento são superiores a 30%, e a China, cujas taxas

de investimento são superiores a 30%, e a China, cujas taxas

de investimento são superiores a 30%, e a China, cujas taxas

de investimento são superiores a 30%, e a China, cujas taxas

de investimento são superiores a 30%, e a China, cujas taxas

José Luis Oreiro é professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Adalmir Marquetti é professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.